



**ACÓRDÃO Nº1047/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11583/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado da Assistência Social – SEAS.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Marilena Monica Mendes Perez (Ordenador de Despesa), Ana Maria Gato Bentes (Ordenador de Despesa), Auxiliadora Abrantes Pinto (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Fernanda Couto de Oliveira - OAB/AM 11413.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3468/2020-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado da Assistência Social - SEAS. Exercício de 2018.

*Regularidade. Regularidade com ressalvas. Multa. Recomendação. Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas da **Secretaria de Estado da Assistência Social - Seas**, exercício de 2018, de responsabilidade da Sra. **Auxiliadora Abrantes Pinto** - Ordenadora das Despesas no período de 01.01 a 13.06, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, I e 23 da Lei 2.423/96.
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da **Secretaria de Estado da Assistência Social - Seas**, exercício de 2018, de responsabilidade da Sra. **Marilena Monica Mendes Perez** - Ordenadora das Despesas no período de 09.07 a 26.08 e 04.11 a 31.12, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, II e 24 da Lei 2.423/96.
- 10.3. **Julgar regular** a Prestação de Contas da **Secretaria de Estado da Assistência Social - Seas**, exercício de 2018, de responsabilidade da Sra. **Ana Maria Gato Bentes** - Ordenadora das Despesas no período de



**ACÓRDÃO Nº1047/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

27.08 a 05.11, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, I e 23 da Lei 2.423/96.

**10.4. Aplicar Multa** à Sra. **Marilena Monica Mendes Perez** no valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, com fundamento no art. 308, VII do Regimento Interno c/c 54, VII da Lei n. 2423/96, pela restrição 1 da Notificação n.601/2019-DICAD, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.5. Recomendar à Secretaria de Estado da Assistência Social - Seas** que observe com o máximo zelo os art. 93, 94 e 95 da Lei n. 4.320/64, no que tange ao registro tempestivo da depreciação acumulada dos bens permanentes.

**10.6. Dar ciência** da decisão à **Sra. Marilena Monica Mendes Perez e demais interessados.**

**10.7. Arquivar** os autos nos termos regimentais após o registro e a adoção das medidas acima.

**11- Ata:** 33ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 28 de Setembro de 2021.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva,

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº1047/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e  
Josué Cláudio de Souza Neto.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza,  
Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral